

## **Demonstrações Contábeis Intermediárias**

### **Equatorial Previdência Complementar**

Em 30 de junho de 2018 com Relatório do Auditor Independente sobre as  
Demonstrações Contábeis Intermediárias

## Equatorial Previdência Complementar

Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em 30 de junho 2018

### Índice

Relatório da Administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias	2
Demonstrações contábeis intermediárias auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias	9

## **EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR** Relatório da Administração

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. Sas., as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 30 de junho de 2018 da **Equatorial Previdência Complementar**, Entidade Aberta de Previdência Complementar, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

**Política de reinvestimentos** - os resultados apurados serão incorporados ao patrimônio da Entidade.

**Quadro administrativo** – Houve a manutenção no quadro estatutário, no que se refere aos Controladores, bem como sua Diretoria Executiva.

**Negócios sociais** - A Entidade opera em todo território nacional com planos previdenciários na forma de pecúlio e renda, bem como assistência financeira. Neste período a Administração constatou um decréscimo de 6,35% na receita de contribuições para cobertura de riscos, bem como um acréscimo no superávit na ordem de 10,11%, em relação ao 1º semestre de 2017.

**Perspectivas e planos da administração para o período seguinte** – Em um cenário de baixa reação da economia, juros e inflação em queda, as expectativas da administração para o segundo semestre de 2018, estarão voltadas ao aperfeiçoamento de nossos Controles Internos, bem como nos processos de Gestão de Risco da Entidade, em um ambiente tecnológico apropriado, sejam no mapeamento dos processos, fluxogramas das operações e treinamento dos usuários, a fim de minimizar possíveis erros e perdas.

**Continuidade Operacional:** as demonstrações contábeis são elaboradas com base na continuidade operacional. Os ativos e passivos são registrados no uso apropriado do pressuposto de continuidade operacional, levando em consideração que a Entidade no curso normal de seus negócios realizará seus ativos e liquidará seus passivos.

**Capacidade financeira** - de acordo com as disposições contidas na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a **Equatorial Previdência Complementar**, declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”.

Goiânia - GO, 28 de agosto de 2018.

A Administração

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ilmos. Srs.  
Administradores da  
**Equatorial Previdência Complementar**  
Goiânia - GO

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias da Equatorial Previdência Complementar ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Equatorial Previdência Complementar em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis da Equatorial Previdência Complementar para o: exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e o semestre findo em 30 de junho de 2017 foram por nós examinadas, com emissão de relatórios em 23 de fevereiro de 2018 e 25 de agosto de 2017, respectivamente, ambos, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis intermediária não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediária ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre (RS), 30 de agosto de 2018.

**LG SANTOS** - Auditores & Associados S/S.  
CRC/RS nº 04.420/O-0 "S/GO"

  
Luiz Gustavo Oliveira dos Santos  
Contador CRC/RS 039.777/O-5 "S/GO"

## Equatorial Previdência Complementar

Balanco patrimonial em: 30/06/2018 e 31/12/2017 (Em Reais)

A T I V O	Nota	30.06.2018	31.12.2017
<b>CIRCULANTE</b>		<b>27.979.885,07</b>	<b>21.475.726,06</b>
Disponível		<u>1.443.471,14</u>	<u>2.553.556,10</u>
Caixa e bancos		1.443.471,14	2.553.556,10
Aplicações	4	<u>11.436.429,85</u>	<u>5.653.653,07</u>
Créditos das operações de previdência complementar		<u>3.036.426,70</u>	<u>2.896.154,94</u>
Valores a receber	5	3.036.426,70	2.896.154,94
Títulos e créditos a receber		<u>10.837.868,20</u>	<u>10.243.733,89</u>
Títulos e créditos a receber		45.681,75	15.160,10
Créditos tributários e previdenciários		-	15.693,36
Assistência financeira a participantes		10.704.093,08	10.186.137,22
Outros créditos	6	88.093,37	26.743,21
Empréstimos e depósitos compulsórios	7	<u>1.100.000,00</u>	-
Despesas antecipadas		<u>54.575,05</u>	<u>42.788,87</u>
Custos de aquisições diferidos		<u>71.114,13</u>	<u>85.839,19</u>
Previdência	8	71.114,13	85.839,19
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>38.270.410,34</b>	<b>40.178.448,66</b>
Realizável a longo prazo		<u>31.300.826,38</u>	<u>33.988.537,84</u>
Aplicações	4	<u>51.297,99</u>	<u>1.721.148,42</u>
Títulos e créditos a receber		<u>31.249.528,39</u>	<u>32.267.389,42</u>
Depósitos judiciais e fiscais	9	316.726,44	303.428,80
Assistência financeira a participantes		30.932.801,95	31.963.960,62
Investimentos	10	<u>3.239.343,29</u>	<u>3.187.646,96</u>
Participações societárias		1.633.831,01	1.559.320,16
Imóveis destinados a renda		1.605.512,28	1.628.326,80
Imobilizado	11	<u>3.730.240,67</u>	<u>3.002.263,86</u>
Imóveis de uso próprio		2.468.819,74	1.939.911,70
Bens móveis		683.910,63	424.217,30
Outras imobilizações		577.510,30	638.134,86
<b>Total do ativo</b>		<b><u>66.250.295,41</u></b>	<b><u>61.654.174,72</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

## Equatorial Previdência Complementar

Balanco patrimonial em: 30/06/2018 e 31/12/2017 (Em Reais)

P A S S I V O		30.06.2018	31.12.2017
<b>CIRCULANTE</b>		<b>3.394.474,43</b>	<b>4.221.275,50</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>1.008.465,08</b>	<b>1.199.740,32</b>
Obrigações a pagar	12	551.112,03	230.251,53
Impostos encargos sociais a recolher	13	137.293,67	159.434,03
Encargos trabalhistas	14	169.475,22	104.798,02
Financiamentos	15	131.379,48	131.349,48
Impostos e contribuições		3.285,68	3.388,50
Outras contas a pagar	16	15.919,00	570.518,76
<b>Débitos de operações com previdência complementar</b>		<b>1.098.178,21</b>	<b>1.706.059,29</b>
Operações de repasses	17	1.098.178,21	1.706.059,29
<b>Depósitos de terceiros</b>	18	<b>248.852,14</b>	<b>354.321,69</b>
<b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>		<b>1.038.979,00</b>	<b>961.154,20</b>
Planos não bloqueados	19	1.038.979,00	961.154,20
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.318.129,22</b>	<b>2.587.324,50</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>218.966,03</b>	<b>284.685,65</b>
Financiamentos	15	218.966,03	284.685,65
<b>Outros débitos</b>		<b>2.099.163,19</b>	<b>2.302.638,85</b>
Provisões judiciais	22	2.099.163,19	2.302.638,85
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>60.537.691,76</b>	<b>54.845.574,72</b>
Patrimônio social		844.200,00	844.200,00
Reservas de reavaliação	23	318.483,14	322.448,42
Reservas de retenção de superávits		153.174,83	153.174,83
Superávits ou déficits acumulados		59.221.833,79	53.525.751,47
<b>Total do passivo</b>		<b>66.250.295,41</b>	<b>61.654.174,72</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

### Equatorial Previdência Complementar

Demonstração do resultado do exercício em: 30/06/2018 e 30/06/2017 (Em Reais)

	30.06.2018	30.06.2017
Benefícios retidos	(352.099,08)	(162.046,00)
Custos de aquisição	(1.012.718,78)	(976.634,38)
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	197.387,10	(1.240.731,21)
Contribuições para cobertura de riscos	2.959.738,38	3.160.328,36
Variações das provisões técnicas de prêmios	(18.806,72)	(27.103,29)
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>2.940.931,66</b>	<b>3.133.225,07</b>
Despesas administrativas	(2.696.070,46)	(2.052.221,42)
Despesas com tributos	(125.256,87)	(99.853,35)
Resultado financeiro	6.682.592,10	6.398.827,06
Resultado patrimonial	67.108,82	100.288,27
<b>Resultado operacional</b>	<b>5.701.874,49</b>	<b>5.100.854,04</b>
<b>Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>	<b>(9.757,45)</b>	<b>68.500,00</b>
<b>Superávit do período</b>	<b>5.692.117,04</b>	<b>5.169.354,04</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

### Equatorial Previdência Complementar

Demonstração do resultado abrangente em: 30/06/2018 e 30/06/2017 (Em Reais)

	30.06.2018	30.06.2017
<b>Superávit líquido do período</b>	<b>5.692.117,04</b>	<b>5.169.354,04</b>
( + ) Realização de Reserva de Reavaliação	3.965,28	3.965,28
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>5.696.082,32</b>	<b>5.173.319,32</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias



### Equatorial Previdência Complementar

#### Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em Reais)

Discriminação	Patrimônio social	Reservas de		Superávits ou déficits acumulados	Total
		Reavaliação	Retenção de superávits		
<b>Período findo em 30 de junho de 2018</b>					
<b>Saldos anteriores em 01.01.2018</b>	<b>844.200,00</b>	<b>322.448,42</b>	<b>153.174,83</b>	<b>53.525.751,47</b>	<b>54.845.574,72</b>
Reserva de reavaliação Realização		(3.965,28)		3.965,28	-
Superávit do período				5.692.117,04	<b>5.692.117,04</b>
<b>Saldos finais em 30.06.2018</b>	<b>844.200,00</b>	<b>318.483,14</b>	<b>153.174,83</b>	<b>59.221.833,79</b>	<b>60.537.691,76</b>
<b>Mutações do período</b>	-	<b>(3.965,28)</b>	-	<b>5.696.082,32</b>	<b>5.692.117,04</b>
<b>Período findo em 30 de junho de 2017</b>					
<b>Saldos anteriores em 01.01.2017</b>	<b>844.200,00</b>	<b>330.378,98</b>	<b>153.174,83</b>	<b>43.460.417,65</b>	<b>44.788.171,46</b>
Reserva de reavaliação Realização	-	(3.965,28)	-	3.965,28	-
Superávit do período	-	-	-	5.169.354,04	<b>5.169.354,04</b>
<b>Saldos finais em 30.06.2017</b>	<b>844.200,00</b>	<b>326.413,70</b>	<b>153.174,83</b>	<b>48.633.736,97</b>	<b>49.957.525,50</b>
<b>Mutações do período</b>	-	<b>(3.965,28)</b>	-	<b>5.173.319,32</b>	<b>5.169.354,04</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

## Equatorial Previdência Complementar

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto) em: 30/06/2018 e 30/06/2017

(Em Reais)

	30.06.2018	30.06.2017
<b>Atividades operacionais</b>		
Superávit do período	5.692.117,04	5.169.354,04
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciações e amortizações	83.172,71	55.516,43
Varição no valor justo de propriedades para investimentos	(87.245,69)	(2.262,53)
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	9.757,45	(68.500,00)
Resultado de equivalência patrimonial	13.154,84	(104.215,56)
Outros	(100,00)	-
<b>Variações nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	(4.112.926,35)	(3.741.123,86)
Créditos das operações de previdência complementar	(140.271,76)	(612.582,01)
Créditos fiscais e previdenciários	(16.137,18)	-
Depósitos judiciais e fiscais	(13.297,64)	27.958,28
Despesas antecipadas	(11.786,18)	(11.399,31)
Custos de aquisição diferidos	14.725,06	283,80
Outros ativos	(646.838,46)	(1.875.454,95)
Fornecedores e outras contas a pagar	(256.892,03)	103.433,26
Impostos e contribuições	(102,82)	1.663,29
Débitos de operações com previdência complementar	(607.881,09)	(176.554,59)
Depósitos de terceiros	(105.469,55)	(93.991,14)
Provisões técnicas - previdência complementar	77.824,80	(112.738,80)
Provisões judiciais	(203.475,66)	1.242.410,13
<b>Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>(311.672,51)</b>	<b>(198.203,52)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
<b>Recebimento pela venda:</b>		
Imobilizado	29.402,00	118.048,25
<b>Pagamento pela compra:</b>		
Investimentos	(420,00)	(37.934,50)
Imobilizado	(827.394,45)	(262.460,87)
<b>Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>(798.412,45)</b>	<b>(182.347,12)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.110.084,96)</b>	<b>(380.550,64)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.553.556,10	1.794.484,39
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.443.471,14	1.413.933,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

## Equatorial Previdência Complementar

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2018

(Em Reais)

### 01 - Contexto operacional

A **Equatorial Previdência Complementar** é uma Entidade Aberta de Previdência Complementar sem fins lucrativos, com sede na capital do Estado de Goiás e sua gestão é exercida por diretores eleitos dentre os associados controladores, oriundo do quadro de participantes.

a) **Ramos de atuação** - tem como objetivo operacional a instituição, operação e manutenção de planos previdenciários nas modalidades de pecúlio e renda;

b) **Região da federação em que opera** - autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - Susep a operar em todo território nacional, mantendo operações em todas as regiões da federação; e

c) **Gerenciamento de riscos- Introdução:** a Entidade está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado, operacional e estratégico, proveniente de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros. A seguir são apresentadas informações sobre: a exposição ao risco e como ele surge, os objetivos, políticas, processos para gerenciar os riscos e métodos utilizados para mensurá-los.

**Estrutura de gerenciamento de riscos:** a Entidade adota o gerenciamento de riscos de acordo com a abordagem de “três linhas de defesa”, onde as Unidades Operacionais têm a responsabilidade primária de identificar, gerir e comunicar os riscos (primeira linha de defesa), a função de Gestão de Riscos auxilia toda organização na melhoria contínua da estrutura e gestão de riscos e supervisiona os processos de gestão e assunção de riscos executados pelas Unidades Operacionais (segunda linha de defesa), já a função de Auditoria Interna independente fornece a supervisão sobre as Unidades Operacionais e a Gestão de Riscos (terceira linha de defesa). O processo de gestão de riscos segue as etapas de identificação/avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento dos riscos; **1) Risco de subscrição:** oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição da tábua biométrica e da taxa de juros, quanto na constituição das provisões técnicas. A função de controle de subscrição foi concebida para mitigar estes riscos a um nível aceitável. O risco de seguro pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco no valor do sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões. A realização de testes de adequação de passivos e de sensibilidade para cenários projetados permite analisar o impacto das oscilações hipotéticas no resultado da Entidade, de forma a resguardar uma possível mudança no cenário que possa agravar os riscos assumidos; **2) Risco de crédito:** Abrange o risco de investimentos, pode ocorrer uma possível incapacidade da instituição financeira emitente dos títulos, de honrar seus compromissos com os investidores. Essa situação pode ser causada por problemas financeiros oriundos de uma má administração ou gestão, dificuldades com planos econômicos, e etc. A Entidade considera esses fatores na escolha dos seguimentos de mercado onde realiza suas aplicações financeiras. O constante monitoramento visa manter as condições de segurança, rentabilidade, solvência, transparência e liquidez da carteira. Os investimentos são realizados em instituições financeiras com classificação de riscos de primeira linha, e adota-se avaliação de cenário macroeconômico pela análise dos principais indicadores econômicos projetados; **3) Risco de liquidez:** o risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade da Entidade

saldar os seus compromissos quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado através da gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos. A carteira de investimentos segue as diretrizes emanadas da Administração. O objetivo é equilibrar a liquidez com a otimização da rentabilidade dos ativos e manutenção dos riscos de mercado e de crédito adequados as atividades da Entidade. A gestão dos ativos e passivos permite apontar com antecedência possíveis necessidades de alterações nas estratégias; **4) Risco de mercado:** o risco de mercado está associado à ocorrência de eventos políticos, econômicos e sistêmicos, nacionais ou internacionais, que possam gerar flutuações ou volatilidade nos preços e nos níveis de taxas de rentabilidade. Esta oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade e perdas à Entidade. A Administração para mitigar eventuais descasamentos de valores e/ou prazos entre seus ativos e passivos, adota o acompanhamento trimestral desse risco, com base em testes de estresse; **5) Risco operacional:** consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos. O gerenciamento do risco operacional é imprescindível para a geração de valor agregado. A Entidade aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Para mensurar o risco operacional, a Entidade adota como procedimentos a identificação dos eventos de perdas decorrentes do risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens e causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e estabelece reuniões com os gestores, visando ações corretivas e preventivas do risco; e **6) Risco Estratégico:** os riscos estratégicos estão associados com as decisões estratégicas da organização para atingir os seus objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da empresa para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente. O gerenciamento de risco de estratégia busca mitigar os riscos a um nível aceitável. A gestão se traduz na definição de indicadores e metas para acompanhamento da estratégia.

## 02 – Das demonstrações contábeis

- a) **Elaboração** - de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Susep, no que não contrariem a Circular nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores;
- b) **Apresentação** - em conformidade com o disposto no CPC 21 (R1) - Da Demonstração Intermediária, o qual requer a comparabilidade do balanço patrimonial com o correspondente do período findo em 31 de dezembro de 2017, e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, com as correspondentes demonstrações do período findo em 30 de junho de 2017, as quais tiveram quando aplicável suas rubricas reclassificadas para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis do período atual; e
- c) **Preparação** - requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade, no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas na nota explicativa 19 e 20; e

- d) **Emissão** - A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 28 de agosto de 2018.

### 03 - Principais práticas contábeis

- a) **Apuração do resultado** - é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas sejam incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento. As contribuições para planos de previdência são conhecidos como Rendas de Contribuições Retidas pela vigência do risco e os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida do resultado do período. As despesas com comissões dos planos de previdência são reconhecidas no resultado mediante o diferimento mensal em prazo não superior a 12 (doze) meses, e para as comissões vitalícias são reconhecidas no resultado, quando da consolidação do processo de comercialização;
- b) **Equivalentes de caixa** - são representados por aplicações financeiras vencíveis em até 90 dias, considerado a partir da data da efetiva operação e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para no gerenciamento de compromissos imediatos;
- c) **Títulos e valores mobiliários** - são classificados em: **1) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado** - um ativo financeiro é classificado a valor justo por meio do resultado quando a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período; e **2) ativos financeiros mantidos até o vencimento** - caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; **3) determinação do valor justo** - o valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. (Nota 04);
- e) **Créditos das operações com previdência complementar - valores a receber** - classificadas no Ativo Circulante pelos respectivos valores originais, sendo na rubrica Consignação de órgãos averbadores, reconhecidos quando da emissão do risco, e na rubrica Riscos vigentes não recebidos, os valores pertinentes a parcela das contribuições mensais não recebidas até o mês seguinte, permanecendo nesta até o prazo de 90 (noventa) dias quando é reconhecida no resultado pela Redução ao Valor Recuperável ou em decorrência do cancelamento do plano;
- f) **Títulos e créditos a receber - assistência financeira a participantes** - classificadas no Ativo Circulante e Não Circulante, com os rendimentos pré-fixados de competência de períodos futuros são registrados em conjunto com o valor principal das operações e demonstrados como redução dos ativos correspondentes na rubrica "Receitas a apropriar", reconhecidos mensalmente no resultado do exercício em função da fluência dos prazos contratuais; e Redução ao valor recuperável - constituída com base em levantamento dos contratos que apresentam inadimplência superior a 60 (sessenta) dias, os quais são considerados integralmente vencidos.
- g) **Depósitos judiciais e fiscais** - classificados no Ativo Não Circulante pelos respectivos valores originais;

- h) **Investimentos** - classificados no Ativo Não Circulante e constituídos por: **Participações societárias**, a saber: - **I) Sociedade controlada** - registrada e demonstrada pelo valor de aquisição, ajustado através da avaliada pelo método da equivalência patrimonial; **II) Outras participações - Conta capital** - registrada e demonstrada pelo valor de aquisição, ajustado pelo rateio do resultado, o qual é adicionado ao montante da participação; e **Imóveis destinados a renda** - representado por bens imóveis urbanos - terrenos - registrados e demonstrados pelos respectivos valores de aquisição.
- i) **Imobilizado** - classificados no Ativo Não Circulante e corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Demonstrado ao custo de aquisição, estando os imóveis acrescidos de reavaliação conforme laudos de 30.11.2006 e 12.12.2006, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, a taxa anual de: 4% imóveis; 10% móveis e utensílios; 20% equipamentos e veículos 20%; e 33,33% sistemas aplicativos, e, ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.
- j) **Redução ao valor recuperável - ativos financeiros (incluindo recebíveis)** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresente indícios de perda. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há evidência que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, com efeito negativo nos fluxos de caixa, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecidos publicamente pelo mercado, tendências históricas da probabilidade de inadimplência do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. **Ativos não financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisto no mínimo semestralmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. A redução do valor recuperável de ativos (*impairment*) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa;
- j) **Provisões técnicas** - classificadas no Passivo Circulante em consonância com as determinações e critérios instituídos pelas normas vigentes; a saber: Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) - calculada de acordo com as definições da Circular Susep nº 517/2015 e alterações. Neste caso, foi utilizado o método “pro rata die”, com base no risco vigente na data base, considerando as contribuições comerciais emitidas até tal data e as datas de início e fim de vigência do risco, no mês de constituição; Provisão de sinistros a liquidar (PSL) – foi constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e/ou rendas vencidas, de sinistros avisados e não pagos até a data-base de cálculo, seguindo as determinações da Circular Susep nº 517/2015 e alterações; Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) - constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, obedecendo aos critérios da legislação vigente. Ressalta-se que a Entidade adota o triangulo de run off como metodologia de cálculo desta provisão; Provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC) - Esta provisão é constituída, somente, após ocorrido o evento gerador do benefício. Neste caso o pecúlio é pago através de uma renda por prazo certo, por livre escolha do participante, no momento da assinatura da proposta; Provisão de despesas relacionadas (PDR) - tem como objetivo cobrir despesas relacionadas a sinistros. É calculada com base na formulação constante na NTA, aplicando 15% sobre a provisão matemáticas de benefícios concedidos referente as rendas por prazo certo. A PDR é contabilizada na rubrica “Outras provisões técnicas”, no Passivo Circulante;

- k) Provisões trabalhistas** - constituída pela provisão para 13º salário e férias, calculadas e reconhecidas mensalmente com base nos vencimentos vigentes à época, demonstrando as obrigações decorrentes dos direitos adquiridos pelos empregados, acrescido dos respectivos encargos sociais;
- l) Outros Débitos - provisões judiciais e administrativas** - classificados no Passivo Não Circulante, de acordo com o CPC 25, são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração; (Nota 22); e
- m) Outros ativos e passivos** - os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais e ou contratados, bem como, os efeitos de ajuste a valor justo. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes.

#### 04 - Classificação das aplicações financeiras

Incluem ativos financeiros classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento, conforme abaixo:

##### a) Posição

Categoria	Valores de mercado em 30.06.2018					
	Faixas de vencimento			Percentual por categoria	Valores de custo	Parâmetro utilizado
Natureza dos títulos	Indeterminado	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias			
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>9.735.383,82</b>	<b>1.724.164,27</b>	<b>28.179,75</b>	<b>100%</b>	<b>10.333.951,86</b>	
Fundos DI/FIQ/FI	9.735.383,82	-	-	84,76%	8.796.666,70	Valor da Cota
Outras aplicações	-	-	28.179,75	0,24%	30.000,00	Valor de resgate
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>1.724.164,27</b>	<b>28.179,75</b>	<b>15,00%</b>	<b>1.507.285,16</b>	
Letras do tesouro nacional – LFT	-	1.724.164,27	-	15,00%	1.507.285,16	Custo + Rendimentos
<b>Montante</b>	<b>9.735.383,82</b>	<b>1.724.164,27</b>	<b>28.179,75</b>	<b>100%</b>	<b>10.333.951,86</b>	
Categoria	Valores de mercado em 31.12.2017					
	Faixas de vencimento			Percentual por categoria	Valores de custo	Parâmetro utilizado
Natureza dos títulos	Indeterminado	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias			
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>5.676.430,18</b>	<b>-</b>	<b>1.698.371,71</b>	<b>100%</b>	<b>6.484.951,86</b>	
Fundos DI/FIQ/FI	5.676.430,18	-	-	76,97%	4.947.666,70	Valor da Cota
Outras aplicações	-	-	27.349,05	0,37%	30.000,00	Valor de resgate
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.671.022,66</b>	<b>22,66%</b>	<b>1.507.285,16</b>	
Letras do tesouro nacional – LFT	-	-	1.671.022,66	22,68%	1.507.285,16	Custo + Rendimentos
<b>Montante</b>	<b>5.676.430,18</b>	<b>-</b>	<b>1.698.371,71</b>	<b>100%</b>	<b>6.484.951,86</b>	

##### b) Movimentação

Discriminação:	Saldo em 01.01.2018	Aplicações	Resgates	Rendimentos atualizações	Ajustes TVM	Saldo em 30.06.2018
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>7.374.801,49</b>	<b>4.599.000,00</b>	<b>-805.946,71</b>	<b>319.042,36</b>	<b>830,70</b>	<b>11.487.727,84</b>
Fundos DI/FIQ/FI	5.676.430,18	4.599.000,00	-796.646,86	256.600,50	-	9.735.383,82
Outras aplicações	27.349,05	-	-	-	830,70	28.179,75

Letras do tesouro nacional – LFT	1.671.022,26	-	-9.299,85	62.441,86	-	1.724.164,27
<b>Totais</b>	<b>7.374.801,49</b>	<b>4.599.000,00</b>	<b>-805.946,71</b>	<b>319.042,36</b>	<b>830,70</b>	<b>11.487.727,84</b>

Discriminação:	Saldo em 01.01.2017	Aplicações	Resgates	Rendimentos atualizações	Ajustes TVM	Saldo em 31.12.2017
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>4.293.801,24</b>	<b>3.740.000,00</b>	<b>-1.340.503,23</b>	<b>679.722,93</b>	<b>1.780,95</b>	<b>7.374.801,89</b>
Fundos DI/FIQ/FI	2.748.652,89	3.740.000,00	-1.313.386,54	501.163,83	-	5.676.430,18
Outras aplicações	25.568,10	-	-	-	1.780,95	27.349,05
Letras do tesouro nacional – LFT	1.519.580,25	-	-27.116,69	178.559,10	-	1.671.022,26
<b>Totais</b>	<b>4.293.801,24</b>	<b>3.740.000,00</b>	<b>-1.340.503,23</b>	<b>679.722,93</b>	<b>1.780,95</b>	<b>7.374.801,49</b>

## 05 - Créditos das operações de previdência complementar

### a) Representado pelas rubricas e valores, a saber:

Descrição	30.06.2018	31.12.2017
Consignações de órgãos averbadores	569.483,12	519.076,76
Riscos vigentes não recebidos	2.945.698,13	3.866.185,46
Redução ao valor recuperável	(478.754,55)	(1.489.107,28)
<b>Total</b>	<b>3.036.426,70</b>	<b>2.896.154,94</b>

### b) Movimentação no exercício:

Movimentação dos créditos das operações com previdência complementar	30.06.2018	31.12.2017
<b>Saldo no início do período</b>	<b>2.896.154,94</b>	<b>2.305.443,09</b>
Prêmios emitidos	3.300.834,96	6.428.649,48
Recebimentos	(2.741.625,88)	(5.477.320,68)
Cancelamentos	(339.773,95)	-
Reversão ao valor recuperável	213.330,51	149.042,30
Redução ao valor recuperável	(292.493,88)	(509.659,25)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>3.036.426,70</b>	<b>2.896.154,94</b>

A redução ao valor recuperável de créditos das operações com previdência complementar é calculada conforme a Circular Susep nº 517/2015, sobre os créditos vencidos a mais de sessenta dias.

### c) Composição - redução ao valor recuperável

Faixas dos créditos vencidos	Totais	
	30.06.2018	31.12.2017
De 61 a 120 dias	47.583,14	237.257,17
De 121 a 180 dias	21.522,84	30.433,82
De 181 a 240 dias	14.557,55	20.380,80
De 241 a 300 dias	36.470,59	14.194,16
De 301 a 365 dias	37.890,68	19.622,19
Superior a 365 dias	320.729,75	1.167.219,14
<b>Total</b>	<b>478.754,55</b>	<b>1.489.107,28</b>

Após consultar o Órgão Regulador (SUSEP) e receber a autorização para efetuar os cancelamentos dos saldos de Prêmios Emitidos e não Recebidos de exercícios anteriores. A Entidade encerrou os levantamentos e análises do seu sistema de gestão, bem como a conciliação dos saldos dos relatórios operacionais com os respectivos saldos das contas contábeis que constituem os “Valores a receber - previdência complementar”. Foi apurada a necessidade de se efetuar os cancelamentos dos prêmios emitidos e não recebidos, sejam eles parciais ou totais. Após este ajuste, inclusive com o envio do quadro 382 para a SUSEP, foi apurado o Saldo de Prêmios a Receber.

## 06 - Outros créditos

Constituído pelas rubricas e saldos, a saber:

Composição:	30.06.2018	31.12.2017
Adiantamentos a funcionários	1.886,01	2.120,00
Outros adiantamentos	65.130,36	3.950,00



Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	21.077,00	20.673,21
<b>Total</b>	<b>88.093,37</b>	<b>26.743,21</b>

## 07 – Empréstimos e depósitos compulsórios

Representado pelo depósito em conta específica para integralização do capital social na cia Equatorial Microseguros S.A, processo em análise na SUSEP.

<b>Composição:</b>	<b>30.06.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Outros depósitos compulsórios	1.100.000,00	-

## 08 - Custos de aquisições diferidos

Constituída pelos pagamentos de comissões e agenciamentos relativos a comercialização de planos previdenciários a serem reconhecidos no resultado de forma linear, pelo prazo estimado de 12 meses, estabelecido em Notas Técnicas Atuariais, aprovadas pela Susep, apresentando a seguinte posição:

<b>Movimentação:</b>	<b>30.06.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
<b>No início do período</b>	<b>85.839,19</b>	<b>86.227,63</b>
- Adições/pagamentos	83.353,52	200.165,80
- Redução/reconhecimento	(98.078,58)	(200.554,24)
<b>No final do período</b>	<b>71.114,13</b>	<b>85.839,19</b>

## 09 - Depósitos judiciais e fiscais

A Entidade é parte em ações judiciais em curso, dentre essas, há ações para as quais foram efetuados depósitos judiciais, apresentando os seguintes saldos em:

<b>Depósitos Judiciais e Fiscais</b>	<b>30.06.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Ações cíveis	203.295,18	200.750,04
Outros (administrativos)	113.431,26	102.678,76
<b>Total</b>	<b>316.726,44</b>	<b>303.428,80</b>

## 10 - Investimentos

### a) Investimento em sociedade controlada avaliado pelo método de equivalência patrimonial:

Investida	Equatorial Microseguros S. A.	30.06.2018	31.12.2017
Capital social		1.700.000,00	1.700.000,00
Aumento de capital (em aprovação)		2.420.000,00	-
Patrimônio líquido		4.227.060,23	1.823.909,96
Resultado do período		(16.849,73)	97.852,63
Percentual de participação		78,071%	78,071%
Prejuízo compensado no período		-	-
Percentual de participação		78,071%	78,071%
Valor atual do investimento	Apurado pelo método da equivalência patrimonial	1.442.308,01	1.455.462,85
Saldo anterior do investimento	Contabilizado	1.331.250,00	1.331.250,00
Aumento/redução ao valor recuperável	Avaliação pelo Método da Equivalência Patrimonial	111.058,01	124.212,85

### b) Outros investimentos

<b>Composição em:</b>	<b>30.06.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
- Conta capital	191.523,00	103.857,31
- Banco Sicoob – cooperativa	191.523,00	103.857,31

### c) Imóveis destinados a renda

Discriminação	30.06.2018 Custos	Depreciação Acumulada	31.12.2017 Custos	Depreciação Acumulada

<b>Imóveis destinados a renda</b>	<b>1.666.351,00</b>	<b>(60.838,72)</b>	<b>1.666.351,00</b>	<b>(38.024,20)</b>
- Terrenos urbanos	525.626,50	-	525.626,50	-
- Terrenos - custo aquisição	525.626,50	-	525.626,50	-
- Edificações urbanas	1.140.724,50	(60.838,72)	1.140.724,50	(38.024,20)
- Edificação - custo aquisição	1.140.724,50	(60.838,72)	1.140.724,50	(38.024,20)

## 11 - Imobilizado

Constituído pelas rubricas a saber:

Discriminação	30.06.2018 Custos	Depreciação Acumulada	31.12.2017 Custos	Depreciação Acumulada
<b>Imobilizado</b>	<b>4.127.273,05</b>	<b>(397.032,38)</b>	<b>3.339.038,05</b>	<b>(336.774,19)</b>
<b>Imóveis</b>	<b>2.670.869,26</b>	<b>(202.049,52)</b>	<b>2.133.331,16</b>	<b>(193.419,46)</b>
Imóveis de uso próprio - (aquisição)	2.260.606,11	(110.231,88)	1.723.068,01	(105.467,10)
Imóveis de uso próprio - (reavaliação)	410.263,15	(91.817,64)	410.263,15	(87.952,36)
<b>Bens móveis</b>	<b>878.893,49</b>	<b>(194.982,86)</b>	<b>567.572,03</b>	<b>(143.354,73)</b>
Equipamentos	231.483,50	(57.607,42)	74.902,59	(48.734,47)
Móveis e utensílios	215.509,99	(56.838,07)	97.509,99	(52.202,87)
Veículos	431.900,00	(80.537,37)	395.159,45	(42.417,39)
<b>Outras imobilizações</b>	<b>577.510,30</b>	<b>-</b>	<b>638.134,86</b>	<b>-</b>
Outras imobilizações	577.510,30	-	638.134,86	-

## 12 - Obrigações a pagar

Saldos representados pelas rubricas a seguir:

Composição em:	30.06.2018	31.12.2017
<b>Fornecedores:</b>	<b>170.221,06</b>	<b>109.030,52</b>
- Fornecedores	170.221,06	109.030,52
<b>Honorários, remunerações a pagar:</b>	<b>111.686,93</b>	<b>106.821,56</b>
- Salários a pagar	44.419,52	34.403,10
- Honorários a pagar	67.267,41	72.418,46
<b>Outras obrigações a pagar:</b>	<b>269.204,04</b>	<b>14.399,45</b>
- Seguros a pagar	5.795,37	2.457,22
- Serviços de terceiros a pagar	2.210,34	2.119,80
- Cartões MasterCard/BNDS	189.048,70	-
- Outras	72.149,63	9.822,43
<b>TOTAL</b>	<b>551.112,03</b>	<b>230.251,53</b>

## 13 - Impostos e encargos sociais a recolher

Saldos representados pelas rubricas a seguir:

Composição em:	30.06.2018	31.12.2017
Imposto de renda retido de funcionários/diretoria	30.257,66	39.944,01
Imposto sobre serviços retidos	3.711,35	3.763,77
Imposto sobre operações financeiras - IOF	48.332,85	57.627,33
Contribuições previdenciárias	47.412,22	49.484,91
Contribuições para o FGTS	5.740,61	8.614,01
Outros impostos e encargos sociais	1.839,08	-
<b>Totais</b>	<b>137.293,67</b>	<b>159.434,03</b>

## 14 - Encargos trabalhistas

Saldos representados pelas rubricas a seguir:

Composição em:	30.06.2018	31.12.2017
13º salário a pagar	34.144,94	-

Férias a pagar	92.140,62	78.090,93
Encargos sociais a recolher	43.189,66	26.707,09
<b>Totais</b>	<b>169.475,22</b>	<b>104.798,02</b>

## 15 – Empréstimos e financiamentos

A Entidade obteve em fevereiro de 2017 operação de crédito/financiamento para aquisição de imobilizado (imóvel) junto a instituição financeira privada no montante de R\$ 523.600,00, a taxa de juros nominal e efetiva de 11,84% e 12,50% a.a, pelo prazo de 1461 dias, amortizáveis em 48 parcelas mensais pelo sistema de amortização constante (SAC). Saldo devedor atual demonstrados a seguir.

<b>Composição em:</b>	<b>30.06.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
<b>Empréstimos e financiamentos – Circulante</b>	<b>131.379,48</b>	<b>131.349,48</b>
Financiamento banco Bradesco SA	131.379,48	131.349,48
<b>Empréstimos e financiamentos – Não circulante</b>	<b>218.966,03</b>	<b>284.685,65</b>
Financiamento banco Bradesco SA	218.966,03	284.685,65
<b>Totais</b>	<b>350.345,51</b>	<b>416.035,13</b>

## 16 – Outras contas a pagar

Saldos representados pelas rubricas a seguir:

<b>Composição em:</b>	<b>30.06.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
<b>Outras contas a pagar - circulante</b>	<b>15.919,00</b>	<b>570.518,76</b>
Taxas de consignações a pagar	15.919,00	16.183,00
Outras contas a pagar – Aquis unidade imobiliária (Prime Construtora/Spe Brasil Incorporação)	-	554.335,76

## 17 - Débitos de operações com previdência complementar

Representa valores a serem repassados para seguradoras, estipulante de seguros e instituições financeiras em decorrência de administração de apólices de seguros e assistência financeira a participantes, apresentado a seguinte posição:

<b>Composição em:</b>	<b>30.06.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
<b>Débitos de operações com previdência complementar</b>	<b>1.098.178,21</b>	<b>1.706.059,29</b>
- Estipulantes	9.129,78	8.817,11
- Instituições financeiras	435,09	47,02
- Seguradoras	9.290,31	4.191,31
- Outras instituições	1.079.323,03	1.693.003,85

## 18 - Depósitos de terceiros

Saldos constituídos a saber:

Faixas de vencimentos	Valores a reclassificar	
	30.06.2018	31.12.2017
01 a 30 dias	0,00	75.512,18
31 a 60 dias	42.691,45	0,00
61 a 90 dias	30.562,54	149.491,04
91 a 120 dias	15.029,47	0,00
121 a 180 dias	160.568,68	129.318,47
181 a 365 dias	-	-
Superior a 365 dias	-	-
<b>Totais</b>	<b>248.852,14</b>	<b>354.321,69</b>

## 19 - Das provisões técnicas

- a) **Cálculo** - elaborado sob a responsabilidade de empresa devidamente habilitada contratada pela Entidade, com base nas notas técnicas atuariais que deram origem aos planos de benefícios e com observância às normas legais vigentes, apresentando a seguinte posição:

Movimentação:	Provisões					
	PPNG	PMBC	PSL	IBNR	PDR	Total
<b>Saldo em 01.01.2018</b>	<b>241.083,97</b>	<b>73.005,41</b>	<b>164.488,55</b>	<b>471.625,46</b>	<b>10.950,81</b>	<b>961.154,20</b>
- Constituições decorrentes prêmios/contribuições	1.567.783,63	-	-	3.145.537,69	51.368,32	4.764.689,64
- Avisos de sinistros	-	51.313,69	248.938,13	-	-	300.251,82
- Pagamentos de sinistros/benefícios	-	-82.000,52	-267.613,29	-	-	-349.613,81
- Atualização monetária e juros	-	2.087,33	33.026,91	-	-	35.114,24
- Reversões	-1.536.824,83	-116,76	-6.701,57	-3.073.298,17	-55.675,76	-4.672.617,09
<b>Saldo em 30.06.2018</b>	<b>272.042,77</b>	<b>44.289,15</b>	<b>172.138,73</b>	<b>543.864,98</b>	<b>6.643,37</b>	<b>1.038.979,00</b>

Movimentação:	Provisões					
	PPNG	PMBC	PSL	IBNR	PDR	Total
<b>Saldo em 01.01.2017</b>	<b>237.495,17</b>	<b>89.959,71</b>	<b>210.368,96</b>	<b>522.739,61</b>	<b>13.493,96</b>	<b>1.074.057,41</b>
- Constituições decorrentes prêmios/contribuições	3.011.258,60	-	-	5.576.292,89	236.518,20	8.824.069,69
- Avisos de sinistros	-	231.409,39	449.038,64	-	-	680.448,03
- Pagamentos de sinistros/benefícios	-	-252.530,60	-466.504,58	-	-	-719.035,18
- Atualização monetária e juros	-	7.971,46	5.396,16	-	-	13.367,62
- Reversões	-3.007.669,80	-3.804,55	-33.810,63	-5.627.407,04	-239.061,35	-8.911.753,37
<b>Saldo em 31.12.2017</b>	<b>241.083,97</b>	<b>73.005,41</b>	<b>164.488,55</b>	<b>471.625,46</b>	<b>10.950,81</b>	<b>961.154,20</b>

- b) **Cobertura** - A Entidade ofereceu em cobertura de suas Provisões Técnicas os seguintes bens e valores:

Descrição:	30.06.2018	31.12.2017
- Quotas de fundos referenciado DI	5.796.111,96	5.653.653,07
- Letras do tesouro nacional - LFT	1.724.164,27	1.671.022,26
<b>Totais</b>	<b>7.520.276,23</b>	<b>7.324.675,33</b>

## 20 - Teste de adequação de passivos - Tap

O TAP tem como intuito avaliar as obrigações decorrentes dos contratos dos planos de pecúlios administrados pela Equatorial. Esta avaliação foi desenvolvida com base na metodologia definida na Circular Susep nº 517/2015, e suas alterações. O objetivo principal do estudo é verificar se a Entidade possuirá recursos suficientes para honrar seus compromissos futuros com pagamentos de pecúlios. O estudo apontou que a Entidade se encontra atuarialmente superavitária, isso implica afirmar que as contribuições futuras são suficientes para custear as obrigações com pagamentos de pecúlios, não existindo a necessidade de constituição da PCC.

## 21 - Análise de sensibilidade

A alínea e, inciso XI, artigo 156, contido no anexo I da Circular Susep nº 517/2015 determina que se faça uma análise de sensibilidade considerando, principalmente, as seguintes variáveis: índice de conversibilidade; taxas de juros; mortalidade (frequência e severidade); inflação; e excedente financeiro. Sabendo que o regime financeiro adotado nos planos de pecúlios administrados pela Entidade é o de repartição simples, que Entidade não paga rendas vitalícias, não possui provisões de benefícios a conceder e os valores das provisões de benefícios concedidos são insignificantes, entendemos que as

variáveis que poderão afetar, de alguma forma, o equilíbrio do plano são: taxa de juros, mortalidade e sinistralidade.

- a) **Taxa de juros** - Um método para analisar o impacto da variável taxa de juros nos produtos de pecúlios é alterar a taxa de juros ETTJ no estudo do Teste de Adequação do Passivo (TAP) e observar sua influência no resultado. A esta análise, vamos considerar uma alteração de 10% na taxa ETTJ.

**Tabela 1 – Cenário atual – Análise da variável taxa de juros.**

Data-Base	Taxa de juros	Resultado atual do TAP – Estimativas futuras PPNG
30.06.2018	ETTJ	-R\$ 23.272.861,34

**Tabela 2 – Cenário alterando a ETTJ em 10% – Análise da variável taxa de juros.**

Data-Base	Taxa de juros	Resultado atual do TAP – Estimativas futuras PPNG
30.06.2018	ETTJ x 110%	-R\$ 22.071.556,16
30.06.2018	ETTJ x 90%	-R\$ 24.586.192,93

Conclusão: As alterações na taxa de juros ETTJ, em 10%, não modificaram o resultado do TAP, a Supervisionada continuaria sem a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura – PCC.

- b) **Mortalidade** - Um método para analisar o impacto da mortalidade é estressar a severidade e a frequência dos pagamentos de sinistros e observar sua influência no resultado do TAP. Sendo assim, vamos considerar uma elevação de 10% na mortalidade projetada no TAP e conferir como se dará o impacto.

**Tabela 3 – Análise da variável mortalidade.**

Data-Base	Resultado atual do TAP – Estimativas futuras PPNG	Resultado do TAP após elevação de 10% na mortalidade
30.06.2018	-R\$ 23.272.861,34	-R\$ 21.667.854,66

Conclusão: A elevação em 10% na mortalidade projetada no TAP não modificará seu resultado, a Entidade continuaria sem a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura – PCC.

- c) **Sinistralidade** - No âmbito da Previdência Aberta podemos definir sinistralidade como a relação entre os pecúlios pagos sobre as receitas arrecadadas com contribuições comerciais.

Uma forma de analisar a sensibilidade da variável sinistralidade é elevar os pecúlios pagos durante o exercício estudado e assim verificar o impacto resultante.

As tabelas 4 e 5 apresentam o teste na variável sinistralidade considerando o período em análise.

**Tabela 4 – Sinistralidade ocorrida no período – Análise da variável sinistralidade.**

Data-Base	Pecúlios pagos	Contribuições retidas	Sinistralidade
30.06.2018	R\$ 295.096,46	R\$ 2.959.738,38	9,97%

**Tabela 5 - Sinistralidade ocorrida com elevação de 100% nos pecúlios pagos – Análise da variável sinistralidade.**

Data-Base	Pecúlios pagos	Receitas retidas	Sinistralidade
30.06.2018	R\$ 590.192,92	R\$ 2.959.738,38	19,94%

Como mostra a tabela nº 05, a elevação em 100% nos valores dos pecúlios pagos durante o período de 2018 não acarretaria em nenhum desequilíbrio financeiro, a sinistralidade projetada continuaria com índices aceitáveis, dentro dos padrões do mercado.

## 22 - Outros débitos

A Entidade é parte em ações judiciais cíveis e processos administrativos as quais estão sendo contestadas. Os desfechos dessas ações e processos encontram-se indefinido, pendentes de recursos processuais. Seguindo o estabelecido nas normas vigentes os advogados externos com base em estudo pormenorizado dos processos e, consubstanciado no histórico de desfechos de decisões judiciais tramitados em julgado sobre causas de semelhante natureza no âmbito da sociedade, na jurisprudência e na existência de súmula de tribunais superiores sobre idênticas questões estimaram os valores de perda em R\$ 2.225.839,25 (R\$ 2.404.823,81 em 31.12.2017), sendo R\$ 126.676,06 (R\$ 102.184,96 em 31.12.2017), decorrentes de processos **Relacionados a Benefícios**, computado no Passivo Circulante - Provisões Técnicas - Provisão de Sinistros a Liquidar - Judiciais e **Processos cíveis** R\$ 2.099.163,19 (R\$ 2.302.638,85 em 31.12.2017), conforme demonstrados a seguir:

Contingências cíveis - Relacionadas a benefícios						
Probabilidade de perda	30.06.2018			31.12.2017		
	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Provável	01	5.952,85	7.973,84	01	5.952,85	7.563,25
Possível	02	58.000,00	14.379,52	02	58.000,00	13.639,09
Remota	22	789.581,87	104.322,70	20	799.285,38	80.982,62
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>853.534,72</b>	<b>126.676,06</b>	<b>23</b>	<b>863.238,23</b>	<b>102.184,96</b>
Contingências cíveis - Não relacionadas a benefícios						
Probabilidade de perda	30.06.2018			31.12.2017		
	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Provável	99	2.187.752,18	2.099.163,19	108	2.397.238,84	2.302.638,85
Possível	11	407.879,54	-	15	461.628,40	-
Remota	543	7.409.522,37	-	529	6.992.857,10	-
<b>Total</b>	<b>653</b>	<b>10.005.154,09</b>	<b>2.099.163,19</b>	<b>652</b>	<b>9.851.724,34</b>	<b>2.302.638,85</b>

Os montantes foram provisionados baseados na opinião dos consultores jurídicos e da administração da entidade, e são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas.

Dentre essas ações para algumas existem: **I)** Depósitos judiciais e recursais R\$ 316.726,44 (R\$ 303.428,80 em 31.12.2017); e **II)** Saldos bancários bloqueados R\$ 21.077,00 (R\$ 20.673,21 em 31.12.2017) e aplicações financeiras bloqueadas R\$ 23.118,24 (R\$ 22.777,11 em 31.12.2017).

## 23 - Realização da reserva de reavaliação

Reconheceu-se nos superávits ou déficits acumulados a importância de R\$ 3.965,28 (R\$ 7.930,56 em 31.12.2017), decorrentes da realização da reserva de reavaliação em consequência do reconhecimento dos encargos de depreciação incidentes sobre as reavaliações.

## 24 - Patrimônio líquido ajustado - PLA e Capital mínimo requerido - CMR

A seguir demonstramos o PLA e o CMR de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Resolução CNSP N°	283/13, 321/15 e 343/16	283/13 e 321/15
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>60.537.691,76</b>	<b>54.845.574,72</b>
Participações em sociedades financeiras - Nacionais	(1.633.831,01)	(1.559.320,16)
Despesas antecipadas não relacionadas a Resseguro	(54.575,05)	(42.788,87)
Custos de aquisição diferidos	(71.114,13)	(85.839,19)
<b>Patrimônio líquido ajustado - PLA (subtotal)</b>	<b>58.778.171,57</b>	<b>53.157.626,50</b>
Ajustes associados às variações dos valores econômicos	189.441,73	5.170.417,07
<b>Patrimônio líquido ajustado - PLA (total) (A)</b>	<b>58.967.613,30</b>	<b>58.328.043,57</b>
<b>Capital base (B)</b>	-	-
<b>Capital de risco total</b>	<b>8.917.554,79</b>	<b>12.301.152,97</b>

Parcela de risco de subscrição	798.020,97	794.767,77
Parcela de risco de crédito	3.736.975,93	4.373.747,81
Parcela de risco operacional	16.422,89	16.380,68
Parcela de risco mercado	6.799.190,00	10.080.988,00
<b>Suficiência de PLA (A) - (B)</b>	<b>50.050.058,51</b>	<b>46.026.890,60</b>
<b>Suficiência de PLA %</b>	<b>561,25%</b>	<b>374,17%</b>
<b>Suficiência de ativos garantidores</b>		
Ativos de garantidores aceitos	7.520.276,23	7.324.675,33
Valor a cobrir de provisões técnicas	(1.038.979,00)	(961.154,20)
<b>Suficiência</b>	<b>723,81%</b>	<b>762,07%</b>
<b>Liquidez em relação ao CR</b>		
Ativos líquidos em excesso à cobertura provisões técnicas	6.481.297,22	6.363.521,13
CRmerc, sem as vigências não reg. dos fluxos (RM_F)	6.792.455,00	4.319.184,55
CR_r – Capital de riscos, considerando RM_F	8.911.552,90	7.300.245,10
<b>Índice de Liquidez em relação ao CR / CR %</b>	<b>72,73%</b>	<b>87,17%</b>

## 25 - Detalhamento de contas da demonstração de resultado

Considerando a relevância de seus saldos, detalhamos as rubricas a seguir:

<b>Períodos:</b>	<b>30.06.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>	<b>(352.099,08)</b>	<b>(162.046,00)</b>
Despesas com benefícios - administrativos	(235.952,47)	(346.660,41)
Despesas com benefícios – judiciais	(59.143,99)	(40.037,26)
Varição provisão eventos ocorridos	(57.002,62)	224.651,67
<b>Custo de aquisição</b>	<b>(1.012.718,78)</b>	<b>(976.634,38)</b>
Despesas de corretagem e agenciamento	(851.595,48)	(824.131,03)
Despesas de custeamento e vendas	(161.123,30)	(152.503,35)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(2.696.070,46)</b>	<b>(2.052.221,42)</b>
Pessoal próprio	(1.735.645,70)	(1.327.594,87)
Serviços de terceiros	(552.935,24)	(425.490,15)
Localização e funcionamento	(306.384,90)	(228.041,01)
Publicidade e propaganda	(0,00)	(0,00)
Publicações	(22.067,67)	(22.850,98)
Donativos e contribuições	(35.666,94)	(17.823,00)
Administrativas diversas	(42.070,01)	(30.421,41)
<b>Despesas com tributos</b>	<b>(125.256,87)</b>	<b>(99.853,35)</b>
Impostos	(43.073,94)	(14.794,68)
Contribuições	(17.296,66)	(22.448,11)
Taxa de fiscalização	(64.886,27)	(62.610,56)
<b>Receitas financeiras</b>	<b>10.054572,24</b>	<b>10.065.650,83</b>
Títulos de renda fixa - Públicos	62.441,86	104.266,11
Fundos de investimentos	257.004,29	262.526,39
Reversão provisão - outros títulos	830,70	940,20
Reversão provisão sobre assistência financeira	1.495.088,17	2.648.802,54
Receitas com empréstimos	8.238.868,55	7.010.668,31
Outras receitas financeiras	338,67	38.447,28
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(3.371.980,14)</b>	<b>(3.666.823,77)</b>
Provisões técnicas	(33.004,54)	(24.910,28)
Sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(58.472,08)	(66.608,84)
Provisão sobre assistência financeira	(1.833.909,00)	(2.419.108,64)
Assistência financeira	(1.380.404,05)	(1.080.948,34)
Outras despesas	(66.190,47)	(75.247,60)
<b>Receitas/despesas patrimonial</b>	<b>67.108,82</b>	<b>100.288,27</b>
Receitas patrimoniais	107.789,16	117.831,87
Despesas patrimoniais	(40.680,34)	(17.543,60)
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	<b>197.387,10</b>	<b>(1.240.731,21)</b>
Receitas operações repasses	56.125,56	28.443,00
Reversões de Provisões	416.806,17	725.697,64

Recuperação despesas	22.532,81	6.697,57
Despesas com provisões	(298.077,44)	(2.001.569,42)

## 26 - Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas originam-se de operações, a saber:

### a) Transações de natureza operacional

Composição do saldo em:	<b>30.06.2018</b>	<b>30.06.2017</b>
Impacto no resultado do período	(225.323,45)	(227.644,40)

### b) Prestação de serviços administrativos

Utilização da estrutura física e de pessoal da Equatorial Previdência Complementar, pela Equatorial Microseguros S. A. sem contraprestação financeira.

Goiânia, 30 de junho de 2018.

Aldomiro Pereira Faleiro  
Diretor Presidente

Aldo Faleiro  
Diretor Vice Presidente

Frederico Faleiro  
Diretor Administrativo Financeiro

Djalma Alves Monteiro  
Diretor Técnico

Mardey Teixeira  
Atuário MIBA nº. 1233

Gilmar da Silva Tavares  
Contador CRC/GO nº. 017449/O-6